

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília

Class.: Índios / Saúde

Data: 27/10/93

Pg.: 219

Alcoolismo entre indígenas

LIGIA SIMONIAN

A presença do alcoolismo entre as populações indígenas se situa no âmbito das relações interétnicas e históricas produzidas no contexto da expansão colonial e capitalista. Em alguns países, esta problemática tem sido objeto de investigação e mesmo de políticas e ações públicas sistemáticas. As referências são poucas e breves para a experiência dos indígenas no Brasil: muito menos tem sido dito em relação às possibilidades da erradicação da síndrome de dependência alcoólica dentre estas mesmas nações, exceto no âmbito jurídico-repressivo. O mesmo se pode afirmar sobre a sua disseminação entre os indígenas do Brasil, embora as evidências sugiram que a mesma é viabilizada como estratégia de dominação; o mesmo podendo ser dito sobre a convivência do estado frente a tal processo. Discutir tal questão torna-se crucial, em especial num momento em que a desesperança grassa na maior parte das áreas indígenas e em que especialistas e indígenas discutem as políticas e ações públicas e indígenas sobre a saúde do índio no País.

Por certo que este tópico não é nada aprazível e pode ser até traumático. Aliás, Broody, um estudioso canadense, ressaltou que discutir "patologias sociais", dentre as quais ele inclui a questão do alcoolismo entre indígenas, é problemático e desconfortável. Para este mesmo autor o desconforto é tanto moral como científico. Questões de ordem emocional têm também levado muitos pesquisadores a se omitirem em relação à síndrome de dependência alcoólica entre indígenas quando em trabalho de campo ou mesmo no momento da redação de seus trabalhos. Muito chocados ao presenciar cenas que considerou grotescas, todas praticadas por indígenas alcoolizados, um pesquisador brasileiro recentemente decidiu mudar o local onde pretendia reali-

zar a sua pesquisa. Embora tenha pesquisado em uma das áreas indígenas mais problemáticas do País em termos de alcoolismo, uma estudiosa recentemente mencionou que não trabalhou tal questão ao nível descritivo/analítico porque seu pai fora um dependente do álcool. Ademais, ao se propor tais tarefas corre-se, o risco de se reforçar os estereótipos negativos, que por certo são muitos contra as pessoas acometidas pela síndrome de dependência alcoólica, e muito mais quando estas são indígenas.

Tais temores e traumas não podem no entanto se perpetuar, pois esta síndrome continua a devastar física e emocionalmente inúmeras sociedades indígenas em todos os continentes. Tanto no passado como no presente a presença do alcoolismo entre indígenas é, com raras exceções, generalizada. Nos EUA e no Canadá, por exemplo, a incidência da síndrome de dependência alcoólica tem sido reconhecida como alta entre os indígenas. No Brasil a situação não é diferente, pois desde séculos ou décadas vários grupos indígenas são mencionados como vítimas sistemáticas dessa síndrome. Os casos dos bororo, Guarani, Kaingang, Kaiowá, Kamba, Karajá, Maxacali, Macuxi, Terena e Pakáas Novos são apenas alguns dentre os muitos existentes. Esta disseminação termina constituindo-se em campo fértil para a incorporação de estereótipos sobre os indígenas, tanto de sua parte como de não-indígenas.

Razões de ordem biológica, psicossomática ou mesmo cultural podem estar dentre as justificativas para tal situação. Evidências sobram porém desde os tempos coloniais, para comprovar a participação do Estado no sentido de facilitar e/ou mesmo de sua convivência com a persistência da síndrome de dependência alcoólica dentre os indígenas. No caso do Brasil, por

exemplo, é o Estado que desde muito tem o dever constitucional/legal de garantir condições dignas de sobrevivência para tais populações. Pouco ou nada tem sido feito neste sentido. Apesar destes últimos anos terem sido plenos de comemorações e protestos envolvendo direta ou indiretamente as populações indígenas (as comemorações dos 500 anos da "descoberta" da América, os protestos do Comitê 500 Anos de Luta e Resistência Indígena, Negra, e Popular, a Eco 92, a escolha de Regoberta Menchú para o prêmio Nobel da Paz de 1993, e a definição deste pela ONU como o "Ano Internacional do Índio"), indígenas e populações autóctones de outros continentes se encontram com problemas de toda ordem, gravidade e complexidade. Dentre estes destacam-se os de ordem fundiária, a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais indígenas, sendo tais populações tanto desassistidas no âmbito sócio-econômico como desrespeitadas em seus direitos fundamentais.

Estas circunstâncias têm facilitado a disseminação de bebidas alcoólicas e mesmo de álcool puro entre indígenas, o que tem tido consequências desastrosas no âmbito de suas comunidades. A conferência que ora se inicia em Brasília pode, no entanto, se transformar em um momento redirecionador não só das políticas e ações mais gerais em torno da saúde do índio, em especial daquelas ligadas a uma reversão do quadro ora exposto sobre a síndrome de dependência ao álcool por parte de indígenas. Há, porém, de se viabilizar os recursos humanos e financeiros capazes e suficientes para implementar um programa efetivo e que atinja a todas as comunidades necessitadas.

■ Ligia Simonian é antropóloga e consultora do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais e do Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo